MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº PI-RLO.06048-7/2026

PROCESSO: **RLO.13152-1/2025**
VALIDADE: **20/05/2031**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente LICENÇA AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME	CPF/CNPJ
COOPERATIVA DOS FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO DE FLORIANO	07.508.656/0001-69

EMPREENDIMENTO

NOME

COOFMAC

IMÓVEL

Zona do Imóvel:	Número do Imóvel:	Matrícula do Imóvel:
Zona Urbana	IU.007675-9	None

ATIVIDADES

ATIV.36707

AREIA, CASCALHO, BRITA E SEIXO (B2-007)

Características:

Produção Bruta: 10000,0 m³/ano

Município:

Floriano (PI)

Coordenadas Geográficas:

06°45'36.64"S / 43°00'25.56"O

Localização:

AVENIDA BEIRA RIO, Nº S/N, Alto da Cruz, 64803-270

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 20/05/2026 às 12:16
[O2VZlgXQ3Wkj6v9SqMi8vDS4r90GakEoGnvwRKKhNvgeZRHxAtFTxOiODRhE7Pgt]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 20/05/2026 às 14:30
[0w17LZ6bSteFUJLqB70xQRITlWfA6JqPuaMu4CseLVTkrJhwh6tYx4x3r9b0TtIa]

Emitido eletronicamente em 20/05/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.27580-2/2026.F41D.72D9.9858]

MEMORIAL DESCRITIVO

(-43.0071, -6.760177777777778)



Esta LICENÇA AMBIENTAL é válida até **20/05/2031** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

CONDIÇÕES GERAIS

i. Esta Renovação de Licença de Operação – RLO, deverá ser publicada em jornal de circulação local, primeiro caderno e no Diário Oficial do Estado conforme Lei n° 6.938/81, Art.10, § 1° e Resolução CONAMA 06/86, devendo as cópias dessas publicações ser apresentadas a esta Secretaria, no prazo

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 20/05/2026 às 12:16
[O2VZlgXQ3Wkj6v9SqMi8vDS4r90GakEoGnvwRKKhNvgeZRHxAtFTxOiODRhE7Pgt]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 20/05/2026 às 14:30
[0w17LZ6bSteFUJLqB70xQRITlWfA6JqPuaMu4CseLVTkrJhwh6tYx4x3r9b0TtIa]

Emitido eletronicamente em 20/05/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.27580-2/2026.F41D.72D9.9858]

máximo de 30 (trinta) dias.

ii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 471/65), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).

iii. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.

iv. A renovação desta Licença deverá ser requerida 120(cento e vinte) dias da data de expiração de sua validade (Res. CONAMA Nº. 237/97,Art.18,§4°).

v. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.

vi. Apresentar relatório ambiental da atividade/empreendimento contendo as medidas de preservação adotadas devidamente assinado pelo responsável técnico.

vii. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo Único, Art. 11, Resolução CONAMA 237/97)

viii. Para empreendimentos agropecuários, os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente. (§ 2º, Art. 1º da Lei 9.974, de 06 de junho 2000)

ix. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.

x. No ato do requerimento de nova renovação desta Licença, o empreendedor deverá apresentar cópia da publicação do Edital de Concessão da Licença da presente Licença.

xi. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal Nº 6514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação nas sanções previstas no referido Decreto.

xii. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 20/05/2026 às 12:16
[O2VZlgXQ3Wkj6v9SqMi8vDS4r90GakEoGnvwRKKhNvgeZRHxAtFTxOiODRhE7Pgt]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 20/05/2026 às 14:30
[0w17LZ6bSteFUJLqB70xQRITlWfA6JqPuaMu4CseLVTkrJhwh6tYx4x3r9b0TtIa]

Emitido eletronicamente em 20/05/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.27580-2/2026.F41D.72D9.9858]

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Renovação de Licença de Operação (RLO)"

OBSERVAÇÕES

O empreendedor deverá:

1. Manter em pleno funcionamento o sistema de decantação utilizado para retorno da água ao Rio Parnaíba, devendo ser adotadas medidas para evitar o lançamento de material sólido em suspensão diretamente no corpo hídrico;

2. Respeitar integralmente a faixa de Área de Preservação Permanente – APP do Rio Parnaíba, sendo vedada a ampliação da área de intervenção sem prévia autorização do órgão ambiental competente;

3. Realizar manutenção preventiva e corretiva periódica da draga, motores, mangueiras e demais equipamentos utilizados na atividade, de modo a prevenir vazamentos de óleo diesel, lubrificantes e outros resíduos contaminantes no solo e no corpo hídrico;

4. Armazenar combustíveis, óleos lubrificantes e resíduos oleosos em local adequado, dotado de contenção, evitando riscos de contaminação ambiental;

5. Adotar medidas contínuas de controle da turbidez da água durante a atividade de dragagem, interrompendo temporariamente as operações em caso de alteração significativa da qualidade da água do Rio Parnaíba;

6. Dar continuidade às ações de revegetação e recuperação da mata ciliar na área de influência do empreendimento, priorizando o uso de espécies nativas;

7. Manter disponíveis e em condições de uso os equipamentos de prevenção e combate a incêndio, inclusive extintores portáteis na embarcação e área de apoio, promovendo treinamento periódico dos colaboradores para atendimento a situações emergenciais;

Qualquer incidente ambiental, vazamento de combustível, óleo ou ocorrência que possa causar degradação ambiental deverá ser comunicado imediatamente à SEMARH, devendo ser adotadas medidas emergenciais para contenção e mitigação dos impactos.

Em caso de encerramento das atividades de extração mineral, o empreendedor deverá executar as medidas de recuperação ambiental previstas no Relatório de Desempenho Ambiental – RDA e demais instrumentos ambientais aplicáveis.

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 20/05/2026 às 12:16
[O2VZlgXQ3Wkj6v9SqMi8vDS4r90GakEoGnvwRKKhNvgeZRHxAtFTxOiODRhE7Pgt]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 20/05/2026 às 14:30
[0w17LZ6bSteFUJLqB70xQRITlWfA6JqPuaMu4CseLVTkrJhwh6tYx4x3r9b0TtIa]

Emitido eletronicamente em 20/05/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.27580-2/2026.F41D.72D9.9858]

Teresina (PI), 20/05/2026

(assinado eletronicamente)
FELIPE GOMES DA SILVA
DIRETOR
AUDITOR FISCAL AMBIENTAL
Diretoria de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 20/05/2026 às 12:16
[O2VZlgXQ3Wkj6v9SqMi8vDS4r90GakEoGnvwRKKhNvgeZRHxAtFTxOiODRhE7Pgt]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 20/05/2026 às 14:30
[0w17LZ6bSteFUJLqB70xQRITlWfA6JqPuaMu4CseLVTkrJhwh6tYx4x3r9b0TtIa]

Emitido eletronicamente em 20/05/2026 14:30 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.27580-2/2026.F41D.72D9.9858]